



Marconi Aurélio e Silva\*

# A 'maldição' do PE TRÓ LEO brasileiro

*Para além das questões económicas que se interconectam com as de política, a questão que aqui se coloca é sobre o futuro de país*

Quando, em 1904, a ‘Comissão de Estudos de Minas e Carvão de Pedra do Brasil’ foi instituída e coordenada pelo geólogo norte-americano Israel Charles White, havia expectativa de o Brasil encontrar, em seu extenso território, alguma reserva de hidrocarbonetos (petróleo e gás). À época, o relatório da ‘Missão White’ foi bem direto: “[...] as possibilidades são todas contra a descoberta de petróleo em quantidade comercial em qualquer parte do sul do Brasil”.

Passados os anos e aumentada a dependência internacional do petróleo por parte do Brasil, Getúlio Vargas buscou desenvolver esse setor durante o Estado Novo, conseguindo efetivá-lo apenas em 1951, através da criação da Petrobras, quando de seu retorno ao poder. Com ela, implementou-se também o monopólio estatal no setor, a exemplo de outros países como os da OPEP. Não possuindo a tecnologia necessária para realizar prospecção, a Companhia contratou o ex-geólogo da Standard Oil of New Jersey, Walter Link. Os resultados apresentados pelo departamento de exploração da Petrobras, em 1960, chefiados por Link, concluíram que os prováveis recursos naturais estariam apenas no Baixo Amazonas e em Sergipe. Ambas as hipóteses, porém, foram descartadas em menos de três meses após sua indicação.

Sob o governo de João Goulart, em 1963, houve articulação alternativa com a União Soviética e a Petrobras contratou os especialistas russos Bakirov e Tagiev, que apresentaram conclusões opostas às da ‘Missão White’, indicando inclusive grandes possibilidades de se encontrar reservas offshore (sob o oceano) e em diferentes estados brasileiros, bem como sugerindo a aproximação do Brasil

com a Índia, visando a criação de uma espécie de centro de pesquisa, como os então existentes naquele tempo: o Instituto de Petróleo de Moscou e o Instituto Científico e Tecnológico de Petróleo da Índia. Criou-se, pois, no mesmo ano, o Cenpes - Petrobras.

*“Com todo o esforço da Petrobras, em termos de exploração e produção de petróleo, no fim dos anos 1990 já conseguíamos produzir nacionalmente 53% do que consumíamos”*

Curiosamente, em 1964, o regime militar assumiu a Presidência da República e implementou diferentes parcerias tecnológicas, sobretudo, com universidades e empresas da América do Norte, França e Inglaterra, visando aprimorar o setor. A partir das crises do petróleo de 1973 e 1978, o drama nacional se ampliou, pois os hidrocarbonetos produzem mais de 2 mil subprodutos essenciais aos padrões de desenvolvimento atual, tais como cimento, plásticos, fertilizantes, combustíveis estratégicos, entre outros.

Geisel, que tinha sido presidente da Companhia até 1973, tornou-se o penúltimo presidente do regime militar, entre 1974 e 1979. Em 1973, produzíamos apenas 21% do que consumíamos mas, em 1979, eram só 14,3%. Nesse cenário, com crescente dependência internacional, o estímulo à produção de etanol derivado da cana de açúcar surgiu como alterna-

tiva energética e tornou-se a escolha política de então (Próalcool). Isso resolveria tanto o problema do abastecimento como também consolidaria a produção latifundiária no Nordeste, inspirada na ‘Revolução Verde’, onde justamente tinham surgido os movimentos de luta pela Reforma Agrária, combatidos pelo regime militar.

Com todo o esforço da Petrobras, em termos de exploração e produção de petróleo, no fim dos anos 1990 já conseguíamos produzir nacionalmente 53% do que consumíamos. No cenário de reorganização da economia de mercado no Brasil a dependência internacional desse recurso e o problema das reservas cambiais sempre foram temas sensíveis e gargalos estruturais. Com o fim da Guerra Fria e os anos da liberalização econômica (década de 1990), houve privatização de empresas estatais e redução do Estado. Apesar da Companhia não ter sido vendida em sua totalidade pelo Governo FHC, houve a flexibilização do mercado e a quebra de seu monopólio. Aos trancos e barrancos, o setor se reorganizou e, de uma reserva comprovada de 1,3 bilhões de barris, em 1980, passamos para 15,1 bilhões de barris, em 2011 (um crescimento de 1.162%).

É importante notar que em 2007, foram anunciadas as primeiras descobertas de reservas no Pré-Sal, o que daria autossuficiência e ampla capacidade de produção brasileira, pelo menos até o fim do século, tornando o país um exportador líquido de aproximadamente dois milhões de barris por dia, já em 2020. Com o barril de petróleo valendo algo em torno de US\$ 70,00 em 2007, isso representaria uma injeção monetária de cerca de US\$ 140 milhões/dia, ou US\$ 51 bilhões/ano.



Para explorar o Pré-Sal, entretanto, foi criada uma nova companhia que restabelecia o monopólio estatal sobre tais reservas. As negociações nas bolsas de valores do mundo, com ações da nova empresa petrolífera brasileira, registraram a maior captação financeira da história do capitalismo! As cifras bilionárias de investimento plurianual davam conta da pretensão: à época, figuravam entre os três maiores investimentos realizados no mundo inteiro. Vale lembrar que no fim do segundo Governo Lula, o setor de Petróleo e Gás representava cerca de 10% da economia nacional, a maior parte do investimento tecnológico e de engenharia, e que uma em cada 10 empresas do Brasil era prestadora de serviços ou fornecedora de produtos à Petrobras.

Entre o fim do segundo Governo Lula e o primeiro de Dilma, houve amplo debate sobre como se daria a partilha dos royalties entre estados produtores e não produtores, bem como a destinação final a ser dada à enorme soma de recursos decorrentes do Pré-Sal. A opção política de então

foi vinculá-los à Educação e Saúde, além do desenvolvimento científico e tecnológico. Também criou-se um fundo de reserva destinado às próximas gerações, algo parecido com o que a Noruega fez nas últimas décadas, o que a tornou um dos países com melhores IDH e Coeficiente de Gini do mundo.

Por sua vez, em 2009, houve a formalização de articulação política entre o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), no esteio da estratégia de cooperação Sul-Sul dos últimos governos do Brasil, sendo incluída no grupo também a África do Sul, em 2011, tornando-o BRICS.

Em 2013, Edward Snowden tornou público o escândalo da espionagem realizada pela agência norte-americana, cujos alvos principais no Brasil eram a presidente Dilma Rousseff e a Petrobras, às vésperas das rodadas licitatórias da Agência Nacional de Petróleo (ANP) dos campos do Pré-Sal. As empresas vencedoras daqueles leilões, à época, foram chinesas.

Em 2015, o BRICS anunciou a criação de seu Banco de Desenvolvi-

mento voltado aos países emergentes, numa clara afronta ao sistema financeiro internacional, oriundo de Bretton Woods. Além do mais, criou a universidade em rede dos BRICS. Por fim, ventilou-se a possibilidade de que esses países realizassem entre eles trocas comerciais em suas próprias moedas, sem precisar convertê-las para o dólar ou o euro. Logicamente, os ruídos internacionais tornaram-se cada vez maiores, visando a abalar a estratégia autônoma e soberana de reposicionamento do Brasil no cenário internacional.

É nesse contexto que surge a ‘Operação Lava a Jato’, judiciária e midiática, que identificou esquemas de corrupção e desvio de dinheiro exatamente na Petrobras e em seus fornecedores. A reboque desse escândalo, viu-se um uso estratégico e seletivo de informações, no melhor estilo dos ‘meios quentes e frios’ outrora descritos pelo teórico da comunicação Marshall McLuhan. Diuturnamente, as notícias limitaram-se a desacreditar a estratégia geopolítica então adotada, a saber:

(Foto: Agência Petrobras)



(1) Compra da Refinaria de Pasadena – sabe-se que a maior parte do comércio internacional se dá entre matriz e filiais. Sendo os EUA o maior consumidor global de petróleo, a compra de uma refinaria naquele país tinha, sobretudo, o objetivo de conquistar espaço no mercado, através de uma subsidiária, quando se venderiam derivados refinados a partir do petróleo do Pré-Sal.

(2) Investimentos do BNDES no Porto de Mariel (Cuba) – O investimento brasileiro em Cuba trata-se de estratégia de posicionamento logístico internacional, na América Central, o que permitiria ao Brasil escoar produtos pelo novo Canal da Nicarágua que está sendo construído justamente pela China, como alternativa ao monopólio do Canal do Panamá. Isso permitiria acesso privilegiado aos mercados da Ásia.

(3) Investimento nas refinarias Abreu e Lima (PE), Premium I (CE) e Premium II (MA) – Mesmo fora do principal eixo consumidor nacional (Sudeste), estas permitiriam que pelo menos mais um milhão de barris de petróleo por dia fossem refinados, com parte significativa disto sendo exportada, já que estariam geograficamente mais próximas do Atlântico Norte.

Conforme comunicado de 08/03/2016 da Gerência de Imprensa da Petrobras, apesar do turbilhão de acusações de práticas ilícitas na Companhia e em suas prestadoras de serviço (sobretudo, da construção civil), o capital chinês investiu US\$ 1 bilhão, mantendo certa coerência entre as alianças precedentes no setor, feitas entre Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), como já foi descrito acima.

Assim, os EUA reataram as alianças diplomáticas com Cuba; estreita-

ram as negociações com as FARC na Colômbia; além de reaproximarem-se da Argentina (que recentemente teve aprovada pelas Nações Unidas a expansão de suas fronteiras marítimas). Na semana passada, foi exatamente assim que se deu a histórica viagem do presidente Obama ao sul do continente. Com a ‘Guerra ao Terror’ concentrada neste momento na Europa, é chegado o tempo de reposicionar-se no Atlântico e Pacífico Sul, reconquistando a influência sobre parceiros que nos últimos anos priorizaram outros hemisférios. Isso se torna natural em um momento de cansaço político e baixa inovação dos governos populistas que dominaram a América do Sul desde os anos 2000.

*“a compra de uma refinaria naquele país tinha, sobretudo, o objetivo de conquistar espaço no mercado”*

Além disso, a própria criação da ‘Aliança para o Pacífico’, no ano de 2012, envolvendo Chile, Colômbia, Peru e México, praticamente isolou a costa leste da América do Sul e inviabilizou o escoamento de bens pelo território, no que ainda poderia se esperar da ‘Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana’ (IIRSA), recebedora nata dos investimentos em infraestrutura, oriundos do BNDES, e destinados a integrar fisicamente os países do subcontinente. Mantendo desunida a região é mais fácil exercer influência política, econômica e cultural.

Assim sendo, mesmo que muitos argumentem ser esta mais uma tese ligada à ‘Teoria da Conspiração’, é nítido que um governo mais liberal (e menos voltado às questões sociais, de redução das desigualdades e promoção do desenvolvimento sustentável, independente se for do PT ou de outro partido), seria importantíssimo nesse momento àqueles que defendem uma mudança na trajetória e estratégia política do Estado brasileiro nessa fase da história, pois:

(1) Isso limitaria a articulação internacional autônoma e soberana dos emergentes (notadamente os BRICS, que enfrentam diversas dificuldades desde 2015, relativas a políticas financeiras implementadas nos países centrais do sistema internacional, bem como, explicitação de problemas de transparência, corrupção e desmandos com a coisa pública, inclusive ligados aos megaeventos esportivos globais, como a Copa do Mundo).

(2) Também inviabilizaria, como de fato já o está fazendo, a política de exigência conteúdo tecnológico local mínimo, voltada a alavancar as competências nacionais e a transbordar essas expertises para outros setores econômicos. Justamente, essa foi a estratégia adotada pela Noruega, o que tornaria o Brasil um excelente provedor de serviços de engenharia para os países com semelhantes reservas petrolíferas offshore, como é o caso de toda a costa africana, diminuindo sua dependência do petróleo enquanto recurso e transformando seu mercado produtivo para setores de maior valor agregado.

(3) Por fim, tiraria das licitações bilionárias realizadas pelo setor, as construtoras brasileiras, como a Odebrecht, OAS etc., apontadas como a

origem da corrupção (e não o sistema político ou a falta de regulamentação do lobby ou advocacy no Brasil!). Isso abriria o mercado nacional para que empresas multinacionais pudessem participar das licitações e, assim, adquirirem e dominarem a tecnologia de exploração em águas profundas e ultra-profundas cujo Brasil, nesse momento, é o maior detentor mundial.

É justamente isso o que defende o plano ‘Uma Ponte para o Futuro’, que Michel Temer (PMDB) e o Instituto Ulisses Guimarães apresentou, em outubro de 2015, em sua primeira tentativa de ruptura com o governo. Lê-se à página 18 do referido documento:

d) executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se à Petrobras o direito de preferência;

e) realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes - Estados Unidos, União Europeia e Ásia - com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles. Apoio real para que o nosso setor produtivo integre-se às cadeias globais de valor, auxiliando no aumento da produtividade e alinhando nossas normas aos novos padrões normativos que estão se formando no comércio internacional;

À luz dos acontecimentos políticos e midiáticos das últimas semanas no Brasil, é curioso que:

(1) A ‘Operação Lava Jato’ arrefeça sua exposição pública logo após a divulgação da lista com mais de 200 nomes de políticos, de 25 partidos, sobretudo da oposição, que também receberam ‘doação’ de dinheiro por parte da construtora Odebrecht. Além de, obviamente, já ter conseguido impedir a posse de Lula como Ministro da Casa Civil (e natural rearticulador político do Governo Dilma, visto que foi igual função dada ao vice-presidente Michel Temer em 2015 não atendeu às expectativas da Presidência);

(2) Com a recente saída do PMDB da base de apoio do governo Dilma e sua aproximação com o PSDB, na tentativa de se firmar um ‘acordão’ para superar os problemas de nosso sistema político-partidário, em muito já expostos ao cidadão comum e sacrificar uma, em função de todos... pairou no ar desconfiança generalizada sobre as reais intenções de todo o escarcéu político a que foram expostos os cidadãos brasileiros, desde o resultado das eleições de 2014.

Por sua vez, no último dia 31 de março, Jacob Zuma, presidente da África do Sul, foi condenado pelo Tribunal Constitucional da África do Sul a devolver cerca de 16 milhões de dólares do orçamento público, gastos na reforma de sua residência privada. Também a oposição daquele país articula, neste momento, o processo de impeachment contra Zuma. Além do mais, muitos têm sido os questionamentos recentes acerca das relações de Zuma com os Gupta, família de origem indiana, investidora do país sul-africano desde 1993. Segundo informa a BBC Brasil: “Os irmãos construíram um verdadeiro império que engloba computadores, meios de comunicação social e minas. Aos Gupta pertence o jornal sul-africano





(Foto: Agência Petrobras)

The New Age, e um canal de televisão de notícias em Joanesburgo chamado African News Network (ANN). Além disso detêm participações nas indústrias de energia, viagem aéreas e tecnologia”.

Num contexto de práticas de corrupção em diversos governos democráticos de países emergentes, vêm à tona, simultaneamente, crises políticas internas, sobretudo no caso dos BRICS, demonstrando o esvaziamento da política acerca dos valores comunitários e a crescente influência do poder econômico internacional sobre instituições nacionais e a burocracia estatal.

Em meio a todas essas complexas realidades, também no dia 31 de março de 2016, foi realizada a assinatura do ‘Memorando de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo dos Estados Unidos da América sobre o Desenvolvimento de Infraestrutura’ que, entre outras prioridades, foca projetos de infraestrutura de padrão internacional e financiamentos de longo prazo. O Memorando busca envolver ainda outras iniciativas bilaterais como a ‘Parceria em Transportes Brasil-Estados Unidos’, a ‘Parceria em Aviação Brasil-Estados Unidos’ e o ‘Diálogo Estratégico em Energia Brasil-Estados Unidos’, reforçando o interesse de reaproximação entre o Atlântico Norte e o Sul.

Para além das questões econômicas que se interconectam com as de política, a questão que aqui se coloca é sobre qual futuro de país se pretende seguir e se os atuais modelos (estado social e estado liberal) dão realmente conta das novas exigências da população por crescente participação política, democratização dos meios de co-

municação, controle social do poder e inclusão de todos.

Com base nas alternativas existentes de grupos políticos que poderiam permanecer ou se alternar no Brasil, nesse momento, não seria oportuno estabelecermos um diálogo sério entre as partes e estabelecermos um pacto por um novo modelo de democracia? Nesse sentido, não é chegada a hora de unificarmos o sistema eleitoral e, em 2016, escolhermos todos os nossos novos representantes, dos níveis municipal, estadual e federal, fazendo verdadeiro *recall* na representatividade política do Brasil?

Será que também não seria o caso de estabelecermos uma nova Constituinte, no futuro próximo, que ajustasse os equívocos de nossa democracia e estabelecesse as necessárias reformas política, fiscal e tributária, em amplo diálogo com a sociedade civil?

Por fim, será que além de derrubar o atual governo, não seria necessário proporcionar limpeza ética em nossas instituições e sociedade, mediante maior transparência e mecanismos de controle, bem como realizarmos grande esforço de educação à cidadania a partir das bases da população?

Pode ser que a maldição de nossas ricas reservas de petróleo (recursos finitos) sirvam mesmo para alguma coisa, além de enricar alguns e poluir o meio ambiente; e, que seja permanente (recursos infinitos): propiciar um salto qualitativo no desenvolvimento do Brasil, começando por suas estruturas político-econômicas e na educação cidadã para a construção de um sistema e Estado éticos! ■

\* Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenador do Bacharelado em Relações Internacionais da Faculdade Asces